

Conselho Nacional de Justiça



AÇÕES TRANSVERSAIS

POPULAÇÕES COM VULNERABILIDADE ACRESCIDA



FAZENDO JUSTIÇA



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Breve descrição

A iniciativa voltada para as populações com vulnerabilidade acrescida, com especial destaque às populações negra, migrantes, LGBTQIA+, povos indígenas, mulheres, pessoas em situação de rua, com deficiência e pessoas vivendo com HIV/aids ou outras doenças infectocontagiosas, tem como objetivo qualificar políticas judiciárias, práticas e fluxos para melhor atender esse público nos diferentes momentos dos ciclos penal e socioeducativo.

Ações previstas



Sistemas

- Parametrização dos campos cadastrais



Normativa

- Resolução sobre adolescentes indígenas
- Implementação de novos parâmetros de inspeções prisional e no sistema socioeducativo, considerando os marcadores racial e de gênero



Capacitação

- Rede de Altos Estudos em Direitos Indígenas em parceria com a ENFAM
- Workshop Proteção Social para APECs – LGBTI, gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência
- Guia de Promoção à Equidade Racial para os Serviços Penais
- Orientações aos usuários para qualificar o preenchimento dos campos cadastrais específicos nos sistemas eletrônicos
- Metodologia dos Escritórios Sociais, CIAPs e estruturação do apoio e atendimento a vítimas de crimes e atos infracionais no Poder Judiciário com ênfase em raça/cor e outros marcadores sociais
- Publicações que abordarão o tema (em seções específicas ou argumentações técnicas): Guia para Estruturação do Atendimento a Vítimas de crimes e atos infracionais no Poder Judiciário e Guia de orientação para o trabalho das equipes interdisciplinares do Poder Judiciário: Sistema Penal e Socioeducativo
- Curso EAD "Protocolos de atuação do Judiciário para Execução de Políticas Públicas em Prisões" (ENFAM/CNJ), abordando a temática de respeito às diversidades envolvendo os públicos aqui tratados



Comunicação

- Painel de acompanhamento da Resolução CNJ n° 369/2021
- Cartilhas das Resoluções CNJ n° 348 e 369 (socioeducativo)
- Modelo orientador às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei, com os marcadores de raça e gênero
- Inserção de indicadores de raça e gênero nos instrumentais e dados a serem coletados na estratégia de qualificação de inspeções judiciais (especialmente, no CNIEP e PowerBI)

Para saber mais, acesse:

1. Migrantes

Pessoas migrantes nos sistemas penal e socioeducativo: orientações para a implementação da Resolução CNJ nº 4052021



2. População LGBTQIA+

Manual Resolução nº 348/2020 – Procedimentos relativos a pessoas LGBTQIA+ acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade



3. Povos indígenas

Manual Resolução nº 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas Acusadas, Réis, Condenadas ou Privadas de Liberdade



4. Pessoas em situação de rua

Resolução CNJ n.425/2021, que institui a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades



5. Mulheres

Manual Resolução nº 369/2021 – Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência



6. Pessoas com deficiência

Recomendação CNJ n. 81/2020, com diretrizes para assegurar direitos de pessoas com deficiência no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude



7. Pessoas vivendo com HIV/aids e outras doenças infectocontagiosas

Conheça as ações do CNJ para atenção a doenças infectocontagiosas na população carcerária



8. População negra

Além da publicação Guia de Promoção à Equidade Racial para os Serviços Penais (em produção), conheça a Resolução do CNJ que estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça e acesse o mapa das ações



FAZENDO JUSTIÇA

				
Pessoas negras	✓		✓	
Migrantes	✓	✓ Resolução CNJ n° 405/2021		✓
LGBTI	✓	✓ Resolução CNJ n° 348/2020	✓	
Povos indígenas	✓	✓ Resolução CNJ n° 287/2019		✓
Pessoas em situação de rua		Resolução CNJ n° 425/2021	✓	
Mulheres	✓	✓ Resolução CNJ n° 369/2021		
Pessoas com deficiência	✓	✓ Recomendação CNJ n° 81/2020	✓	
Pessoas vivendo com HIV/aids e outras doenças infectocontagiosas			✓	